

Aprovada em sessão
da A.M. de 08-09-2014



25. JUN 2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

ATA Nº 7

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2014

----- Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Anfiteatro da Biblioteca Municipal de Gondomar e, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1º Secretário: António Fernando Oliveira da Silva. -----

----- 2º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Ana Daniela de Sousa Espinheira Rio, António José Valpaços Magalhães, António da Silva Sá Casal, Bruno Miguel Martins Vieira, Carlos Alberto Sousa da Costa, Carlota Ferreira Brás César Teixeira, Carmina Maria dos Santos Lopes, Ermelinda Ferreira de Sousa Ferreira, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Felisberto Ribeiro Almeida, Fernando Alicio Barreira Moraes, Fernando Cerqueira, Ivo Daniel Moreira Capas, Joana Daniela Baldaia de Resende, João Pedro Rodrigues de Sousa, José António da Silva Monteiro, Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Luís Afonso da Silva Pinto da Costa, Manuel António Leite dos Santos, Margarida Maria Oliveira da Silva, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Mário Fernando Soares Filipe, Marta Filipa Brito da Fonseca, Nelson Jorge Sousa Neves, Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, Nuno Miguel Peixoto da Silva, em substituição de Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva, Rui Manuel

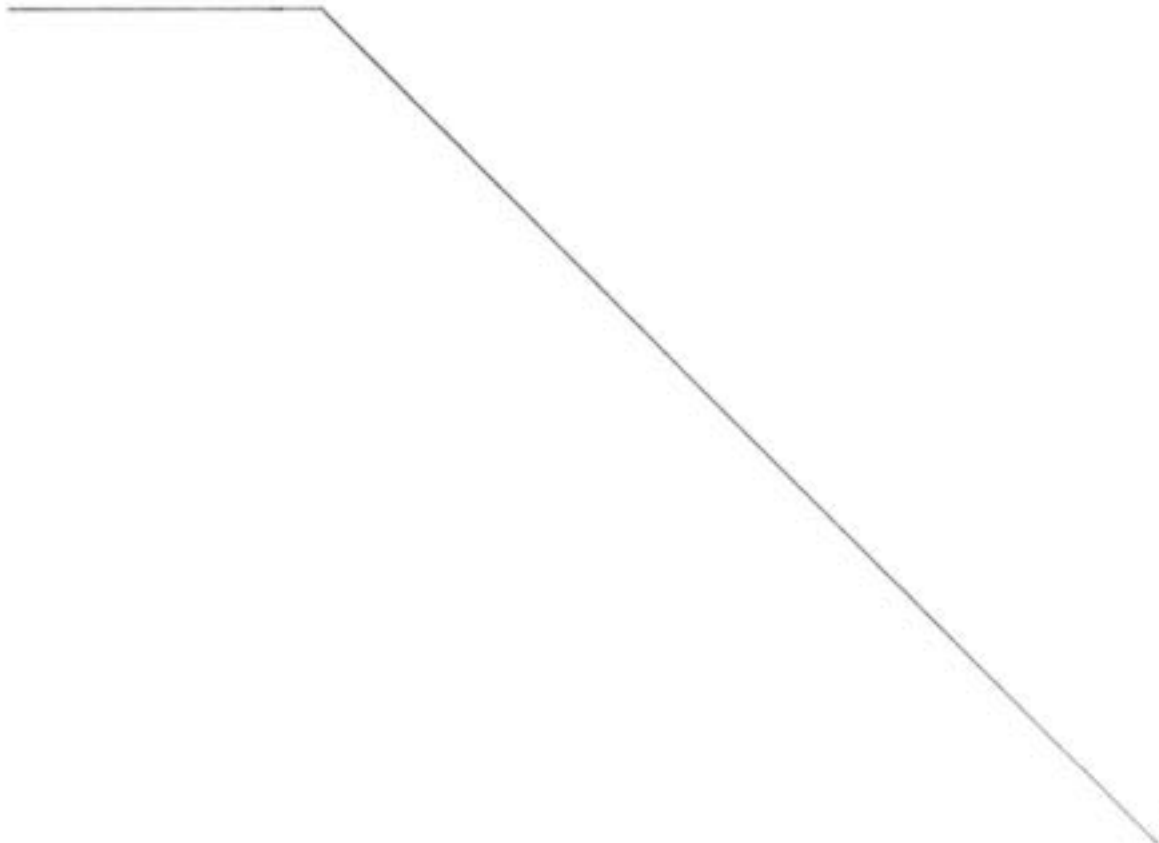


25. JUN 2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Lourido Nóvoa e Sandra Maria Martins Magalhães Loureiro Correia. Por inerência estiveram presentes: Joaquim Figueiredo, em substituição de Nuno Miguel Ribeiro Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte), Rui da Mota Correia (Presidente da Junta de Freguesia da Lomba), Nuno Filipe Brito da Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto), Maria José Cardoso, em substituição de Daniel Filipe Oliveira Vieira (Presidente da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova), Isidro Ferreira de Sousa (Presidente da União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo) e José Manuel Soares de Andrade (Presidente da União das Freguesias de Melres e Medas). -----

----- Verificou-se a ausência da Senhora Deputada Idalina Maria Guimarães Batista Ribeiro Pereira e o Senhor José António da Silva Macedo (Presidente da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim). -----





25 JUN 2014

3

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 25 DE JUNHO DE 2014 (4ª FEIRA), PELAS 21 HORAS E 30 MINUTOS, NO ANFITEATRO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A- Período de Antes da Ordem do Dia

B- Período da Ordem do Dia

1. Pedido de alteração do período de suspensão do mandato do Deputado Senhor Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva – Para autorização (nº 5 do artigo 77º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na sua redação atual).
2. Discussão e aprovação das atas das sessões anteriores (28-03-2014 e 25-04-2014).
3. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:
 - a) Reequilíbrio Financeiro do Contrato de Concessão de Exploração e Concessão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Gondomar;
 - b) Recursos Humanos – Renovação das autorizações de procedimentos concursais e emissão de parecer favorável para alargamento do recrutamento de trabalhadores;
 - c) Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno, cedida por Maria Martins França e José dos Santos, para alargamento da Rua da Pedra, em S. Pedro da Cova, da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova;
 - d) Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno, cedida por Maria Fernanda França da Silva, para alargamento da Rua da Pedra, em S. Pedro da Cova, da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova;
 - e) Terrenos – Desafetação do domínio público de parcela de terreno, sita na Rua Jornal de Notícias, em Valbom, da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim;
 - f) Terrenos – Desafetação do domínio público de parcelas de terreno, sitas na Rua Poeta Ary do Santos e Rua Poeta Adriano Correia de Oliveira, em Fânzeres, da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova;



25. JUN 2014

4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

- g) "Revogação do Regulamento do Programa Dá – Direto Apoio a Famílias Carenciadas do Município de Gondomar e implementação do Programa Social+ e respetivo regulamento";
 - h) "Regulamento da I Edição do Orçamento Participativo"
 - i) "Constituição dos júris dos procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes"
 - j) "Empresa Municipal "Gondomar no Coração de Ouro", EM – Proposta de extinção"
 - k) "2ª Revisão Orçamental para 2014".
4. Apelo em Defesa da Escola Pública".
5. Composição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar (CPCJ) – Exposições de funcionárias cujo nome foi indicado por força política – Para conhecimento.
6. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artº 25º, em conjugação com o disposto no nº 4 do artº 35, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Aníbal Jaime Gomes Lira)

25. JUN 2014



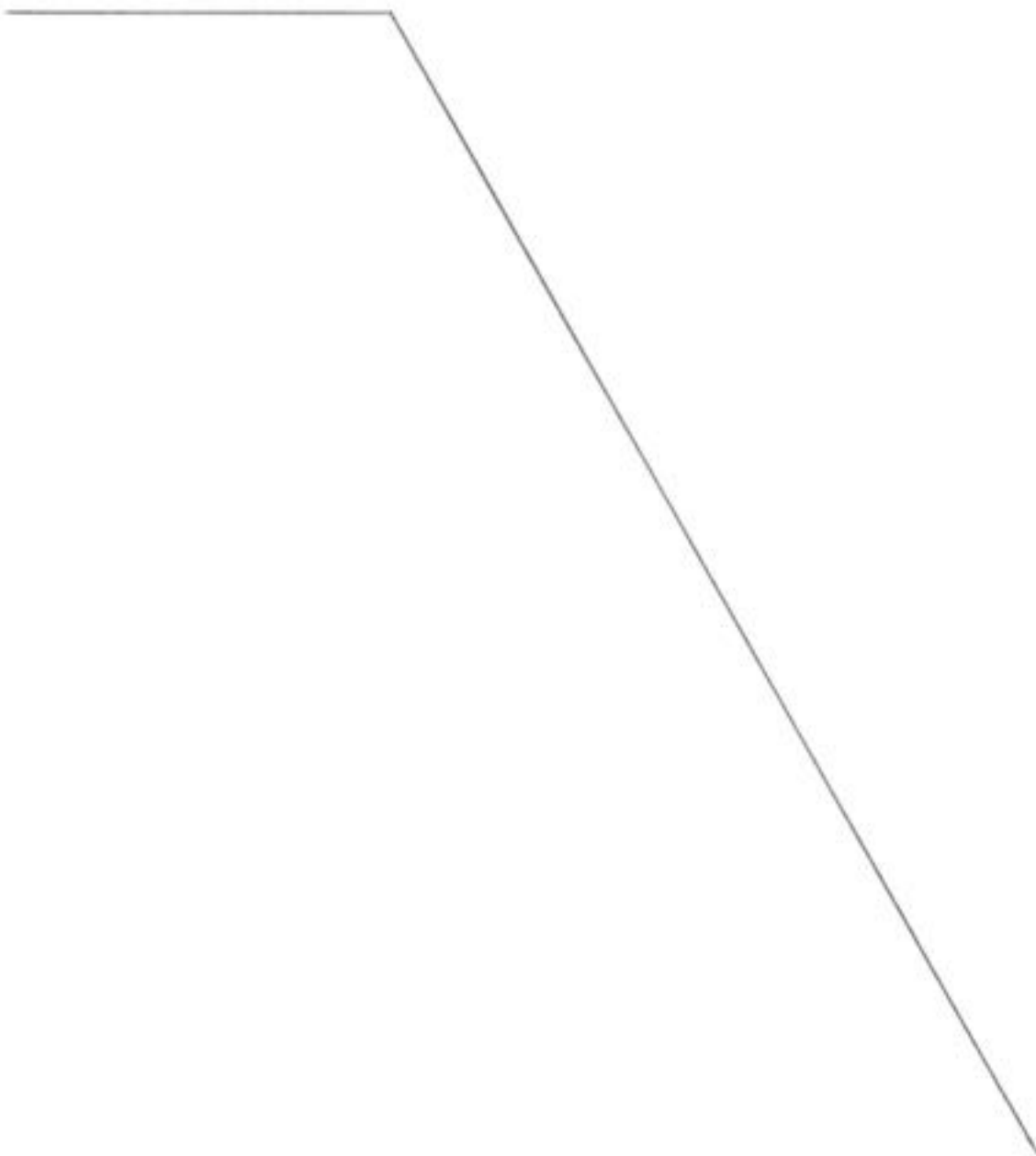
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Solus
[Signature]

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- ANA CATARINA PÃO TRIGO (PS) – Leu e apresentou **documento**, sobre a situação atual dos jovens portugueses, que adiante segue. -----

----- MANUEL ANTÓNIO (PS) – Leu e entregou **documento**, sobre vários problemas na União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo, que adiante segue. -----



25 JUN 2014

25 de Junho de 2014

Boa noite,

Exmo. Sr. Pres. Câmara Municipal

Exmos. Srs. Vereadores

Exmo. Pres. Assembleia Municipal e Mesa

Caros Srs. Deputados e Presidentes de Junta

Boa noite a todos os presentes

Tomei a liberdade de usar, hoje, e pela primeira vez, este momento da nossa reunião, para dar voz a uma grande parte dos jovens bem informados e bem formados do nosso país que, tal como eu, partilham da sensação que para além da sua honrosa graduação académica, precisam, neste momento, de bastante graduação ocular para conseguirem ver o que quer que seja ao fundo do túnel.

Por diversas vezes, tenho ouvido nesta assembleia, os srs. deputados do PSD e CDS-PP, a colocarem o peso da tão afamada crise nos ombros dos governos socialistas... ora fazem isto muito bem e com convicção. No entanto, a ciência à qual dedico os meus dias, leva-me a concluir que tais sofrem de algum problema de memória... Será pertinente considerar que após o 25 de Abril, o nosso, por eles tão apreciado, Presidente da República, esteve 10 anos como primeiro-ministro no poder e já se encontra há cerca de oito anos no seu atual cargo... e com isto, já digo muito! Adiante, este Presidente da República, que, hoje, apresenta, insistentemente, como solução, para esta juventude a quem dou voz, o caminho da agricultura, por exemplo, foi o pai do desmantelamento do sector das pescas, da silvicultura e da agricultura em Portugal.... Aniquilando os nossos recursos, fazendo-nos depender dos de fora... Privatizou, privatizou... desindustrializou e muito mais haveria para dizer... mas julgo que já deu aqui um arzinho da sua graça.

Tivemos também um Durão Barroso, que fugiu enquanto era tempo, um Santana Lopes que não se aguentou até ao fim... e agora, um iluminado Passos Coelho que diz à juventude para emigrar, para ser empreendedora, para aceitar que o caminho se vai fazendo. Sr. Primeiro-ministro, a juventude nasceu em Portugal, cresceu em Portugal, estudou nalgumas das melhores universidades da europa, em Portugal, quer construir uma família em Portugal, quer construir um futuro em Portugal... Temos esse direito! Foi ao estado português que pagamos propinas, cada vez mais pesadas, para estudar, cabe ao estado português criar condições que nos façam sentir cidadãos portugueses e não cidadãos do mundo! Muito gostávamos de vê-lo no aeroporto a despedir-se da sua mãe, da namorada, da esposa, por vezes dos filhos... a hipotecar o seu futuro pessoal a troco do seu futuro profissional... Desestruturação familiar, desestruturação psicológica e emocional, dizem-lhe alguma coisa? Com certeza que não! Também gostávamos que o Sr. Primeiro-ministro tentasse ser empreendedor com um rendimento mensal de 200 ou 300 euros... ou que tentasse trabalhar um ano a recibos verdes... Pois é... já sabia a sua resposta... nós somos mais fortes, o Sr. Primeiro-ministro não ia conseguir, mas nós, os jovens deste país temos que

26 JUN 2014

conseguir! Nós cá temos capacidades para o empreendedorismo, crie condições para isso... Não levante falsas e irrealistas expectativas!

Antecipando-me a certas respostas vindas da bancada da direita... poderei já aqui declarar que sim, era muito pequena quando o Sr. Presidente da República foi primeiro-ministro, mas tal como já referi, venho falar em nome de uma juventude bem informada, a do meu tempo! Também, poderão acusar-me de não saber o que são tempos difíceis... pois muito bem, não sou do tempo da sardinha para três...mas sou do tempo do leite com cereais ao almoço e ao jantar, pois até a sardinha está muito cara! Sou do tempo em que os jovens não têm direitos, adiam constantemente a sua vida, adiam o sonho de ter filhos e quando decidem ter um único filho, já podem considerar que têm um bem de luxo!

Srs. Deputados, aqui, em Gondomar a juventude bem informada e formada fez Abril a 29 de Setembro de 2013. Há muito que eramos seduzidos por um tal de executivo que dizia que sabia premiar a juventude, os bons alunos e as criancinhas... no entanto, anos mais tarde, premiavam-nos em entrevistas, com frases como "tem realmente um currículo brilhante, mas não preenche o requisito do partido político!" ou assine aqui a folha de candidatura, pois só assim poderá arranjar emprego... Finalmente, este cenário chegou ao fim... Com o atual executivo chegou a democracia, a transparência, a seriedade.

É também isto que a juventude quer para o nosso país, a juventude quer que o dia 29 de Setembro chegue também para Portugal! A juventude quer ficar, a juventude quer construir um futuro em Portugal e para Portugal... Queremos que as nossas mentes brilhantes brilhem no nosso país e não só lá fora, queremos fazer crescer o nosso país... parafraseando o nosso tão falado por estes minutos Exmo. Presidente da República "Deixem-nos trabalhar!".



Ana Pão Trigo

Deputada Partido Socialista

25 JUN 2014

Exm^o. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Deputados

Exm^o. Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores



1. Quero aproveitar a minha presença neste Orgão, que se encontra no topo da hierarquia do poder Autárquico Municipal, para dar os meus parabéns ao actual Executivo da Junta de Freguesia da Foz do Sousa e Covelo que, nos últimos meses, **em e com** a colaboração do novo Executivo Municipal, está a realizar um **trabalho notável no respeitante a acessibilidades**, com reflexos positivos futuros no desenvolvimento urbanístico sustentado nestas Freguesias da margem direita do Douro, banhadas pelo Sousa e Ferreira.

Alguns exemplos:

- O alargamento da Rua Central de Gens;
- Os passeios na rua principal de Jancido;
- O alargamento da ligação de Compostela a Zebreiros.

2. A referência elogiosa anterior não impede, pelo contrário, antes nos incentiva a não perder de vista o aproveitamento das potencialidades de lazer que esta parcela do Concelho de Gondomar potencia: as praias fluviais, a ligação de barco antes interrompida entre as duas margens do Concelho, os circuitos pedestres naturais (não é preciso gastar milhões), nomeadamente na antiga linha férrea de Midões – desafio aqui os Senhores Deputados e Vereadores que não conhecem este percurso a fazê-lo num destes dias de verão e assim avaliação

25. JUN 2014

melhor a justeza das minhas palavras – a florestação dos montes destruída pelos incêndios etc. permitirão validar a par da gastronomia (^{SAVE O LAMPREIA} quem se lembra dos figos e Jeropiga da minha terra?) as potencialidades do Município de Gondomar.

3. Não posso esquecer o valor histórico que representa a Central Elevatória de Água. A sinalização deste edificado, a sua integração no Património do Município, a colaboração e parcerias com entidades e empresas ligadas ao sector da água e electricidade para a sua recuperação e funcionamento em termos museológicos, o aproveitamento da sua albufeira nomeadamente para a produção de energia como aconteceu no passado e, assim, amortizar investimentos, são desafios que não podemos continuar a ignorar como tem acontecido ao longo dos anos.

4. Por último, embora não adiantando para já muito sobre este assunto demasiado delicado, quero aqui deixar expresso que parece impôr-se a realização urgente de um DIAGNÓSTICO SOCIAL sobre a situação dos idosos.

Há sinais preocupantes que vão obrigar à intercolaboração de várias Entidades, nomeadamente forças policiais. Há sinais preocupantes de exploração, diria mesmo de vigarice e usurpação de idosos indefesos – e alguma coisa, não sei ao certo, tem de começar a ser feita.

Tenho dito.

Muito Obrigado.

Junho/2014

25. JUN 2014



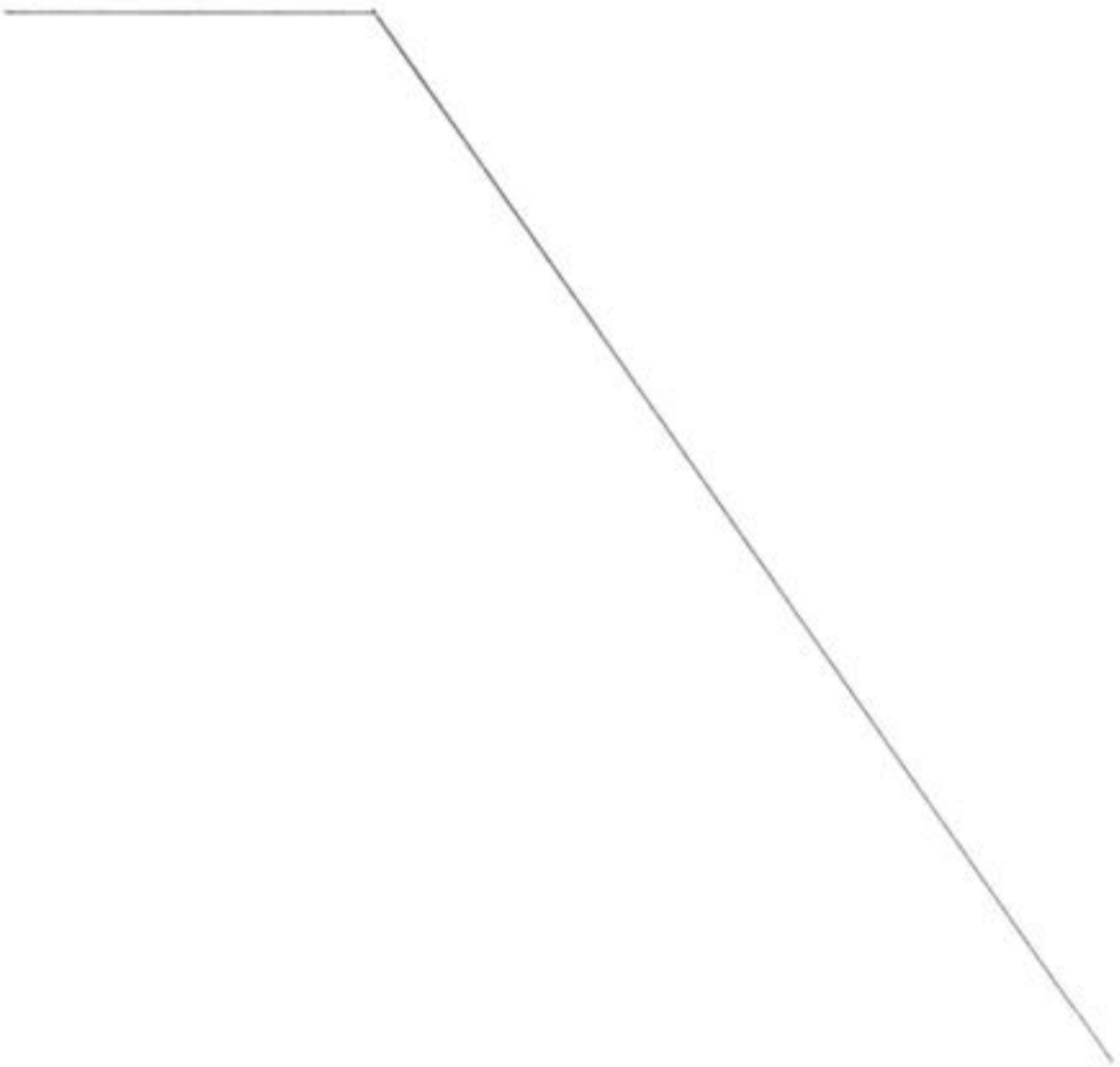
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'M. Sá' followed by a flourish.

----- RUI NÓVOA (BE) – Referiu que teve conhecimento pela comunicação social da nomeação da Senhora Vereadora Dr^a Aurora Vieira para Conselheira Local para a Igualdade e que os Deputados da Assembleia Municipal não tiveram conhecimento. Leu e entregou uma **recomendação**, que adiante segue. -----

----- Leu e entregou uma **moção** “Cortar na educação é afundar o país”, que adiante segue. ----

----- ANTÓNIO VALPAÇOS (CDU) – Fez a apresentação da **moção**, “Contra o encerramento de serviços públicos de proximidade”, que adiante segue. -----



Afoda de e.
O abstenção
em sessão A.A.
de 25/06/14
Assembleia Municipal de Gondomar

25 JUN 2014

PAOD
3
[Handwritten signature]

Recomendação

A igualdade das mulheres e homens é um valor essencial para a democracia. Mas não basta o seu reconhecimento formal, é necessário o seu efetivo exercício em todos os aspetos da vida política, económica, social e cultural.

Apesar dos progressos já alcançados, a igualdade das mulheres e homens não é ainda uma realidade. Subsistem situações de desigualdade, por exemplo as disparidades salariais e a subrepresentação nos órgãos políticos.

As autarquias locais, como esferas de governação mais próximas da população, são meios de intervenção bem colocados para combater a persistência e reprodução das desigualdades entre mulheres e homens. E para isso é fundamental que os órgãos do poder local integrem a dimensão do género nas suas políticas, estrutura organizacional e práticas.

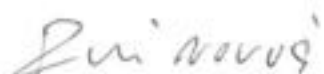
Para ajudar a concretizar tais objetivos, o Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CCRE) tem levado a cabo diversas iniciativas, como “a cidade para a igualdade” e a elaboração da “**Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e Homens na Vida Local**” a qual foi já subscrita por mais de cem dos municípios portugueses.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em 25 de Junho de 2014, delibera:

25 JUN 2014

- Recomendar ao Executivo que, no prosseguimento de políticas de promoção da igualdade das mulheres e homens, avalie e impulse a adesão do Município de Gondomar à “Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e Homens na Vida Local”.

O Deputado municipal do Bloco do Esquerda
Rui Nóvoa



Gondomar, 25 de Junho de 2014

apoiado
pelas populações
e pelas autarquias
em 25/06/14
Bloco de Esquerda
A. M.
Assembleia Municipal de Gondomar

25 JUN 2014

PAOD
BVL
2
Rui NÓVOA

Moção

Cortar na educação é afundar o país

O recente anúncio pelo governo do encerramento de mais de 300 escolas do 1º ciclo está a suscitar protestos de pais, populações e muitos autarcas. E com inteira razão. O chamado "reordenamento da rede escolar" afecta principalmente o interior do país. Em Viseu serão 57 as escolas que o ministério da Educação quer fechar. Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre são outros distritos com encerramentos previstos, E também o Porto, com mais de 40 escolas para fechar.

Em grande parte destes concelhos do interior do país as consequências sociais são dramáticas, já que o anunciado fecho das escolas vem a seguir ao desmantelamento doutros serviços públicos essenciais: centros de saúde, repartições de finanças ou tribunais. E muitos dos municípios souberam das escolas a encerrar apenas pela imprensa, o que é inaceitável numa democracia.

A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em 25 de Junho de 2014, tendo em conta que a coesão territorial é um elemento indispensável ao progresso económico e social, DELIBERA:

- a) **Manifestar solidariedade às populações e municípios afetados com os anunciados encerramentos de escolas**
- b) **Declarar a importância decisiva da escola inclusiva para a superação da atual crise e para a construção dum país com futuro.**

O deputado municipal do Bloco de Esquerda

Rui NÓVOA
Rui Nóvoa

Gondomar 25 de Junho de 2014

25 JUN 2014

(PAOD)

Moção**Contra o encerramento de serviços públicos de proximidade**

Considerando que:

- Segundo dados oficiais, desde o ano 2000 foram encerrados 6562 organismos e serviços públicos, entre os quais 4492 escolas, 249 extensões de saúde e 411 estações de correios, a que acresce a extinção de 1168 juntas de freguesia e de 18 governos civis;
- O distrito do Porto foi o terceiro distrito do país mais atingido;
- Os encerramentos prosseguem com a extinção de mais 155 serviços públicos como tribunais, repartições de finanças, esquadras de polícia de proximidade e outros serviços;
- O concelho de Gondomar disso foi exemplo com o encerramento do Serviço de Atendimento de Situações de Urgência (SASU) no Centro de Saúde de Gondomar, dos correios em Fânzeres, do posto de atendimento da PSP na Areosa e, agora, da perspectiva de encerramento do Posto de Atendimento da Segurança Social de Rio Tinto e do serviço de urgência do Hospital de Valongo.
- O recente anúncio do Governo da "Estratégia para a reorganização dos serviços de atendimento da Administração Pública" com a criação de mil espaços ao cidadão até ao final de 2015 apenas significará o encerramento de serviços públicos de proximidade, a concentração de serviços e a desertificação do interior do país.

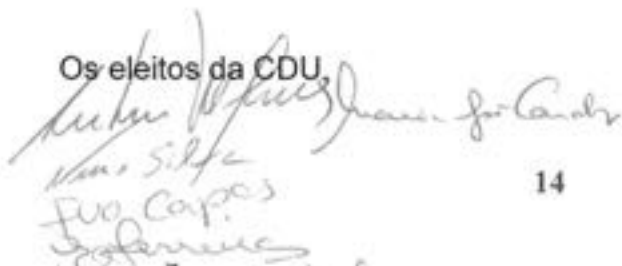
Ao abrigo das disposições legais e regimentais, **PROPOMOS:**

Que esta Assembleia Municipal de Gondomar delibere:

1. Manifestar o seu total repúdio pela "Estratégia para a reorganização dos serviços de atendimento da Administração Pública" apresentada pelo Governo;
2. O encerramento de serviços públicos de proximidade contraria qualquer lógica de desenvolvimento sustentado e equilibrado do país;
3. Continuar defender serviços públicos de qualidade, acessíveis em igualdade de acesso a todos os cidadãos e entidades, assegurando igualmente os direitos e postos de trabalho aos trabalhadores;
4. Enviar a presente Moção aos senhores Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Gondomar, 25 de Junho de 2014

Os eleitos da CDU



25 JUN 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Levantou uma questão, relativamente a convites enviados aos deputados da Assembleia Municipal. -----

----- ANTÓNIO SÁ CASAL (PSD) – Só para dar uma informação à Senhora Deputada que se referiu à situação atual de crise e quem a originou, que não me pareceu tão completo. Quando o Dr. Cavaco Silva deixou o poder, Portugal não devia um cêntimo ao estrangeiro, não tínhamos dívida nenhuma. Quando houve a eleição para o novo Primeiro Ministro concorreram o Eng^o António Guterres e o Dr. Fernando Nogueira, e o Dr. Fernando Nogueira nessa altura dizia que se Portugal não fizesse reformas, uma dúzia de anos depois ou mais vinha a ter problemas, a verdade é que as pessoas não ouviram, só ouviram o Eng^o António Guterres e os problemas apareceram e agora estamos a sofrer essas questões e façam as contas e vejam quem é que governou desde essa altura até agora e vejam quem é o culpado. O problema é que continuamos a não aprender a lição, continuamos a culpar quem não tem culpa e depois sofremos as consequências. As pessoas sérias normalmente nós não as queremos, mas os que nos tiram da carteira é que são os bons. -----

----- LUIS PINTO DA COSTA (PS) – Quero usar da palavra em direito de resposta. Relativamente aos problemas que a sociedade vive, de acordo com o mandato do atual Primeiro Ministro a dívida na altura do governo Sócrates era inferior à deste momento. -----

----- VOTAÇÃO: -----

----- PROPOSTA DA CDU, “Contra o encerramento de serviços públicos de proximidade”: Aprovada por maioria, com 8 abstenções. -----

----- MOÇÃO DO BE, “Cortar na educação é afundar o país”: Aprovada por maioria, com 8 abstenções. -----

25. JUN 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'M. Soares'.

----- PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO BE, sobre “Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e Homens na Vida Local”: Aprovada por maioria, com 8 abstenções. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Antes de responder às questões colocadas, uma nota pessoal. Continuo a verificar que é cada vez menos a presença dos Senhores Presidentes de Junta na Assembleia, o único Presidente que me informou foi o Senhor Presidente de Fânzeres e S. Pedro da Cova, que tinha reunião da Assembleia de Freguesia, agora vejo aqui duas faltas de Presidentes de Junta, e falo isto, porque quando era Presidente de Junta para falar com o Presidente de Câmara tinha de ir à Assembleia Municipal, se aparecesse, agora como falam muitas vezes comigo, começam-se a habituar. -----

----- Senhor Deputado Rui Nóvoa não tenho noção que tenha havido falha nos convites, mas vou alertar os serviços para que quando houver iniciativas de relevo, mesmo que não seja organizado pela Câmara, que seja divulgado por nós aos Senhores Deputados. O mesmo digo ao Senhor Deputado Fernando Cerqueira, que não sei a que convite se estava a referir. O assunto referido pela Senhora Deputada Ana Catarina Pão Trigo, o desemprego não é só a nível de Portugal, da Europa e o nosso desejo é que se ultrapasse rapidamente. Quanto à intervenção do Senhor Deputado António Valpaços, não tenho ideia de faltar responder nenhum requerimento, vou ver com os serviços o que é que se passa, quando for assim podem enviar um email a comunicar a falta da resposta. Relativamente aquilo que é o encerramento dos serviços públicos, do balcão da Segurança Social de Rio Tinto, muito antes da notícia vir a público, já tínhamos reunido com a Segurança Social e a informação que nos deram é que não iria para a frente, a notícia que veio a público só veio colocar alguma confusão. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

25 JUN 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- 1. Pedido de alteração do período de suspensão do mandato do Deputado Senhor Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva – Para autorização (n.º 5 do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual). -----

----- VOTAÇÃO: Aceite por unanimidade, a alteração do período de suspensão. -----

----- 2. Discussão e aprovação das atas das sessões anteriores (28-03-2014 e 25-04-2014). ---

----- VOTAÇÃO DA ATA Nº 5 DE 28-03-2014: Aprovada por maioria, com 1 abstenção do substituto do Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte. -----

----- VOTAÇÃO DA ATA Nº 6 DE 25-04-2014: Aprovada por maioria, com 15 abstenções (6 PSD, 6 CDU, 1 CDS e 2 PS). -----

----- 3. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre: -----

----- a) Reequilíbrio Financeiro do Contrato de Concessão de Exploração e Concessão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Gondomar; -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Queria dar uma explicação. Como se recordarão na Assembleia Municipal de março sobre o ambiente, foi dito pela Câmara Municipal que não abdicava de três princípios. Primeiro princípio, o correto funcionamento das ETAR, segundo princípio, saneamento no Alto do Concelho e terceiro princípio reposição correta da via pública. Já em agosto de dois e mil e treze tinha sido aprovado o reequilíbrio que na altura achamos que era pouco. Aquilo que conseguimos, foi deixar o que estava aprovado que era um tarifário médio de trinta por cento de aumento, era a continuação de não investimento no Alto do Concelho, era a construção de uma nova sede para a empresa e era o agravamento da tarifa. No

26 JUN 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

fundo o que conseguimos foi o reforço de investimento na rede do Alto do Concelho, inclusão de uma rúbrica para a reposição de alguns pavimentos. -----

----- JOSÉ ANDRADE (Presidente da Junta da União das Freguesias de Melres e Medas) –

Tomar decisões para o futuro não é fácil, no futuro poderão não ter muitos votos, mas terão um futuro melhor. Eu como Presidente de Junta, ofereço de bandeja o meu mandato, com o custo que tiver que ter, para que rapidamente se possa construir as infraestruturas necessárias para que o Alto do Concelho tenha saneamento. -----

----- RUI NÓVOA (BE) – Leu e entregou **documento**, que adiante segue. -----

----- NUNO SILVA (CDU) – Leu e apresentou **documento**, que adiante segue. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) - Leu e apresentou **documento**, que adiante segue. -----



Assembleia Municipal de Gondomar

25 JUN 2014

Exm. sr. Presidente e restante Mesa.
Exm. Sr. Presidente e restante Vereação
Srs e Sras. Deputados
Exm. Publico presente

PONTO 2 a)

Gostaria por reafirmar que o Bloco de Esquerda esteve sempre do lado da defesa dos interesses dos munícipes, sempre foi e é contra o mau negocio para o município que representa o contrato de concessão celebrado entre a CMG e a AdG..

Apesar de considerarmos serem justas as condições de negociação impostas pela CMG á AdG, nomeadamente “ a conclusão da rede de tratamento das águas residuais do alto concelho, o correto funcionamento das ETAR’s existentes e a reposição devida de pavimentos na sequência de intervenções na via pública, ”

É necessário que, por parte da AdG, tudo isto seja realmente cumprido e não fique como mera lista de intenções, como parece se atentarmos, pelo menos, ao funcionamento das ETAR’s, das quais a do Meiral continua a ser exemplo, pela negativa.

Em relação á conclusão da rede de tratamento e á reposição de pavimentos também não temos, infelizmente, notado mudanças visíveis.

A CMG aponta como um ganho das negociações “o aumento do tarifário médio em 13% (em vez dos 30% negociados pelo executivo anterior)”

Apesar de ser um aumento menor, não deixa de ser um aumento.

Aliás, não entendemos, porque aparentemente entra em contradição com este ponto, que logo no ponto seguinte se anuncie a “introdução de um período de transição, devido á conjuntura económica, de redução das tarifas, a verificarem-se no 2.º trimestre de 2014”.

DEIXO AQUI A SEGUINTE PERGUNTA

Afinal negociou-se aumento ou redução do tarifário?.

25 JUN 2014

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Rui Nóvoa

Rui Nóvoa

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rui Nóvoa', written in a cursive style.

Gondomar 25 de Junho de 2014

(POD – B – ponto 2. a))

DECLARAÇÃO DE VOTO

Tendo em consideração que o direito ao acesso a água potável é um bem essencial, que o direito ao saneamento é uma questão de saúde pública indispensável em qualquer sociedade, a privatização deste tipo de serviços constituiu por si só um atentado à qualidade de vida de qualquer população.

Os contratos estabelecidos entre organismos públicos e privados são negócios que, em termos históricos, trazem mais prejuízos do que benefícios para as populações.

Desde 2001 até agora, a população de Gondomar viu as suas facturas mensais relativamente à prestação dos serviços das Águas de Gondomar, aumentadas inúmeras vezes, ora por inclusões de novas tarifas, nomeadamente tarifas de disponibilidade de água e de águas residuais, ora por a flutuação da taxa da euribor, ou por pedidos de reequilíbrio económico-financeiro que se traduz sempre num aumento do valor da factura a pagar pelo consumidor.

O acordo celebrado pelo executivo com administração das Águas de Gondomar apenas minimiza, ainda que de forma algo dúbia, o mau contrato celebrado pelo município com a empresa Águas de Gondomar.

Lamentamos a posição que o executivo adopta na medida que se refugia nas decisões tomadas pelo anterior executivo, nomeadamente aquando o primeiro reequilíbrio financeiro em 2009.

Lamentamos, pois apesar de não pertencerem aos executivos anteriores, sempre estiverem presentes nas discussões e decisões tomadas, pelo que quando assumiram este desafio em Setembro de 2013, eram detentores de toda a informação necessária para actuar prontamente sobre a concessão das Águas de Gondomar. Não seria uma ferramenta útil ter como base um estudo de viabilidade económico-financeiro, com o objectivo de avaliar a "mais valia", a relação custo/benefício do projecto em relação ao modelo de contratação tradicional?

Este estudo não foi feito de forma prévia, contudo poderia orientar este executivo para obter a percepção se esta concessão é ou não uma "mais valia" para o município de Gondomar.

A ausência de qualquer relatório de acompanhamento relativamente ao cumprimento do contrato da concessão segundo o relatório da auditoria à regulação de PPP (parcerias público-privadas) no sector das Águas levado a cabo pelo Tribunal de Contas em Fevereiro de 2014, demonstra um desinteresse por parte do anterior executivo, bem como do actual na medida em que seria do interesse dos munícipes, que tivessem tomado como uma das suas prioridades, a monitorização desta concessão, visto que era do conhecimento a solicitação de um novo reequilíbrio económico-financeiro por parte das Águas de Gondomar em Junho de 2012.

Por defendermos que a água é de todos e que nunca deveria ser privatizada, por acharmos que esta concessão prejudica os interesses dos Gondomarenses, por considerarmos que o actual executivo está a dar continuidade a um dos principais erros do anterior, votamos **contra** esta proposta.

Gondomar, 25 de Junho de 2014,

Os eleitos da CDU,

[Handwritten signatures]
Aurora Silva
Fco Lopes
Joaquim de Fco
João de Castro

25. JUN 2014

Alu
①

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmos. Senhores Secretários da Mesa desta Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Senhores Vereadores desta Câmara Municipal.

Caros Colegas Deputados,

Exmos. Senhores Presidentes de Junta,

Minhas senhores e meus senhores,

Gostaria de começar esta minha intervenção por congratular o Executivo Municipal por ter sido capaz em sede de negociação séria, muito séria, com a empresa Águas de Gondomar, S.A, ter conseguido fazer valer aqueles pontos de vista que o Partido Socialista tinha proposto à População de Gondomar e considerado fundamentais, aquando das últimas eleições autárquicas, na negociação do presente Reequilíbrio Financeiro da Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Gondomar, que aquela empresa solicitou a este Município.

Era fundamental, e recordamos aqui o reiterado na Assembleia realizada especificamente sobre esta matéria, que temas como a conclusão da rede de tratamento de águas residuais no Alto Concelho, o correcto e muito mais eficiente funcionamento da ETAR's existentes, a reposição devida dos pavimentos na sequência de intervenções na Via Pública levadas a cabo por aquela empresa ficassem asseguradas e claramente salvaguardadas, para além, obviamente, de se proteger a

25. JUN 2014

População dum aumento das tarifas desajustado e excessivo, que normalmente implica um qualquer Reequilíbrio Financeiro.

Paralelamente, e por uma questão de nivelamento do risco assumido na Gestão Global da Concessão, importava alterar o Contrato de Concessão, na Cláusula que dizia respeito ao Reequilíbrio Financeiro, assegurando a manutenção da eliminação da cláusula de variação da procura como motivo bastante para justificar um novo pedido de reequilíbrio financeiro, por parte da Concessionária, o que significa que, de ora em diante, o risco na Gestão da Concessão passa exclusivamente para a Concessionária, algo que até à data não acontecia, uma vez que, bastava o não cumprimento das previsões e projecções de consumo e de facturação do Contrato de Concessão, para que a Concessionária solicitasse um novo Reequilíbrio, algo que é insustentável para o Orçamento Municipal bem como para a População, que assim, directa ou indirectamente sofreria a penalização por esse reequilíbrio, quer por via de um aumento das tarifas, quer por via de um aumento da carga fiscal para possibilitar a cobertura por parte do Orçamento Municipal do desajustamento financeiro que as Águas de Gondomar, S.A, poderiam sofrer.

Tarefa complicada aquela que impendia e impende sobre o Executivo e que julgamos plenamente conseguida!! Ao contrário de quem antecedeu na liderança deste Município, o actual Executivo foi capaz de atingir plenamente esses objectivos nesta negociação, conforme a Acta da Reunião de 14 de Abril do corrente ano, mantida entre o Presidente da Câmara, o seu Vice-Presidente, juntamente com mais 3 Vereadores e a Administração das Águas de Gondomar, S.A, na qual podemos constatar que todos estes objectivos que impendiam

25. JUN 2014

sobre a Câmara Municipal de Gondomar foram atingidos, o que só poderá permitir um elevado nível de satisfação quer pela conquista política em que se traduz, quer, principalmente, pela absoluta salvaguarda do interesse público e do interesse fundamental da População de Gondomar.

Na verdade, ficaram asseguradas a inclusão no Plano de Investimentos a execução e construção das ETAR's do Alto Concelho, isto é, na Lomba, em Melres e nas Medas até ao final do primeiro semestre de 2016, com a entrada em funcionamento no final desse ano.

Ficou também assegurada a realização por parte da Concessionária de todos os esforços para a conclusão urgente e imediata dos trabalhos pendentes no âmbito das empreitadas de reabilitação das ETAR's em curso, nomeadamente, a conclusão de todos os trabalhos das ETAR's de Gramido e de Rio Tinto, até ao final de Julho próximo.

Simultaneamente, ficou especificamente previsto proceder-se ao levantamento e definição de prioridades quanto às anomalias de pavimentações, decorrentes da instalação de infra-estruturas, intervenções, remodelação e reparação da responsabilidade da Águas de Gondomar, S.A, que não cumpram com as boas regras e as boas práticas da arte de construção e reposição de pavimentos, por forma a proceder à sua reparação urgente – incluindo-se a responsabilização clara dos próprios empreiteiros – estipulando-se para a conclusão destas intervenções urgentes, um prazo de 6 meses.

25. JUN 2014

Para além disto, grande avanço negocial foi sem dúvida a alteração e retirada do Plano de Investimentos no Parque Operacional do Calvário, que permitiria a construção de uma nova sede da Concessionária – reivindicação que entendemos legítima por parte de quem lá trabalha e constante do próprio Contrato de Concessão – mas que decorrente da sensibilização daquela empresa e duma reorientação imperiosa das prioridades de investimento após o presente reequilíbrio financeiro, permitiu libertar 2 milhões, oitocentos e catorze mil, quatrocentos e quarenta e seis euros que seriam destinados à construção da sede, para a construção das novas ETAR's e modernização das actuais, bem como, se assegurou o reforço das verbas afectas a pavimentações de arruamentos, para compensação ao Município das intervenções realizadas, no valor de 2 milhões de euros em 4 anos.

Outro aspecto importante e que queremos deixar sublinhado para cabal esclarecimento desta Assembleia, tem a ver com a luta contra-relógio que foi mantida nestes últimos meses e que tinha o final deste mês de Junho como meta, já que, toda esta renegociação teria que ser concluída até ao final do corrente mês, para que o financiamento comunitário no montante de 3 milhões e duzentos mil euros para as obras de reabilitação da ETAR do Meiral, em Rio Tinto, integradas no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território não ficassem comprometidos, o que se conseguiu assegurar também. Até nisto, os objectivos foram prosseguidos...

Finalmente, e como se estes avanços e conquistas negociais por parte do Município não fossem já poucos, o Executivo conseguiu atingir mais 2 objectivos importantíssimos e que vão claramente de

4 426

25 JUN 2014

encontro à ambição da População: uma diminuição do aumento médio das tarifas em 13% em vez dos 30% que estavam a ser negociados no ano transacto pelo anterior Executivo. Traduziu-se isto numa poupança para a população de 56% naquilo que poderia vir a ser o aumento das tarifas finais. Apesar de não ser aquilo que todos desejaríamos, há que reconhecer o enorme avanço obtido, levando-nos a questionar: porque é que o anterior Executivo nunca tentou colocar estes argumentos e objectivos em cima da mesa, poupando a População ainda a maiores sacrifícios?! Que razões estariam subjacentes a isto, questiona-se!?

Mais ainda quando, outra enorme conquista foi alcançada, é que em sede de negociação, este Executivo, conseguir levar à diminuição da Taxa Interna de Rentabilidade dos Accionistas, traduzindo isto por miúdos, o Lucro Garantido à Partida pelos Accionistas de 11,57% que estão previstos desde o início da concessão, para os 9,96%!! Poder-se-á dizer que não é uma extraordinária diminuição, mas sempre se poderá dizer que é bem superior do que aquilo que o anterior Executivo estava a tentar atingir no ano passado, em que apenas tinham como alvo a diminuição da Taxa de Rentabilidade dos Accionistas para 10,95%. Enquanto o actual Executivo conseguiu uma redução de 1,61%, o anterior Executivo apenas tentou reduzir 0,62%...ou seja, este Executivo conseguir reduzir 3 vezes mais!!! É MUITO MELHOR PARA O INTERESSE PÚBLICO!!

Por tudo isto que aqui deixamos enunciado, só poderemos estar satisfeitos pela celeridade e pela concretização de vários dos objectivos tidos em vista neste Reequilíbrio Financeiro que foi solicitado pela Concessionária - e que é um seu direito contratual - contudo, tal

25. JUN 2014

Colo
6
Alc
Salas

Reequilíbrio, pela 1.^a vez em 13 anos de vigência da Concessão, teve um claro vencedor, a População de Gondomar! Poder-se-ia dizer que muito mais poderia ter sido alcançado, é verdade, mas a Política nem sempre é a Arte do Desejável e muitas das vezes tem que ser mesmo a Arte do Possível, pelo que, em circunstâncias difíceis há que reconhecer o mérito de quem, com seriedade e na defesa dos interesses do Município levou a cabo este Reequilíbrio, daqui que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com todo o bom senso e sentido de responsabilidade vá aprovar este Reequilíbrio que se traduz num Avanço Muito Positivo para a Qualidade de Vida Ambiental da População, para a Sustentabilidade Ambiental e para a Estabilidade Financeira, algo absolutamente imprescindível nos dias de hoje. É assim que se devem dirigir os destinos do Concelho, com Sentido de Responsabilidade mas sem abdicar nunca da Defesa dos Interesses da População!!

Muito obrigado!!

Grupos Parlamentar do P.S.
Fernando Lourenço
Carla Teixeira
Deis

26 JUN 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- NUNO FONSECA (Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto) – O que pedia à Câmara é que a partir de hoje fosse feita tolerância zero às Águas de Gondomar. Tolerância zero ao mau funcionamento das ETAR, tolerância zero à não reposição dos pavimentos, tolerância zero à não vistoria das ligações de saneamento e tolerância zero àquilo que é a falta de respeito que as Águas de Gondomar têm pelos cidadãos. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Respondeu às questões colocadas. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 6 votos contra (CDU) e 9 abstenções (6 PSD, 2 CDS e 1 BE). -----

----- **b) Recursos Humanos – Renovação das autorizações de procedimentos concursais e emissão de parecer favorável para alargamento do recrutamento de trabalhadores;** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, apresentou a proposta. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 8 abstenções (6 PSD e 2 CDS). -----

----- **c) Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno, cedida por Maria Martins França e José dos Santos, para alargamento da Rua da Pedra, em S. Pedro da Cova, da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova;** -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Fez uma breve apresentação, das propostas constantes das alíneas c) a f). -----

----- PRESIDENTE DA MESA – Proponho à Assembleia que os Senhores Deputados discutam as alíneas c) a f), e depois pôr à votação uma a uma. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

25 JUN 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- d) Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de parcela de terreno, cedida por Maria Fernanda França da Silva, para alargamento da Rua da Pedra, em S. Pedro da Cova, da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova; -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- e) Terrenos – Desafetação do domínio público de parcela de terreno, sita na Rua Jornal de Notícias, em Valbom, da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim; -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- f) Terrenos – Desafetação do domínio público de parcelas de terreno, sitas na Rua Poeta Ary do Santos e Rua Poeta Adriano Correia de Oliveira, em Fânzeres, da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova; -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- g) “Revogação do Regulamento do Programa Dá – Direto Apoio a Famílias Carentiadas do Município de Gondomar e implementação do Programa Social+ e respetivo regulamento”; -----

----- ANTÓNIO VALPAÇOS (CDU) – Apresentou uma **proposta de alteração**, que adiante segue. -----

----- RUI NÓVOA (BE) – Leu e apresentou **documento**, que adiante segue. -----



26 JUN 2014

rejeita
C/ 23 votos do PS AM
em 21/6/14

M. Soares

POD-B-3p

PROPOSTA DE AUMENTO

AO ABRIR DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS PROPOSTAS
AS SEQUENTES AÇÕES AO REGULAMENTO DO PROGRAMA SOCIAL +:

ARTIGO 2º - ALÍNEA F - Acrescenta no final "ou que aguardam decisão"

ARTIGO 5º - 2.º G. - ELIMINAM A EXPRESSÃO "COM DATA ATÉ 3 MESES"

ARTIGO 9º - ELIMINAM A ALÍNEA 2.

PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD,

António Marques

25 JUN 2014



Assembleia Municipal de Gondomar

Exm. sr. Presidente e restante Mesa.
Exm. Sr. Presidente e restante Vereação
Srs e Sras. Deputados
Exm. Publico presente.

PONTO 2g)

O Bloco de Esquerda por principio não se opõe a nenhum programa que, por pouco que seja, ajude ás situações cada vez mais dramáticas vivenciadas pelos individuos e familias.

No entanto não podemos deixar de tecer algumas considerações.

Na nossa opinião no Artigo 1º Objeto e Âmbito consideramo-lo mal redigido confuso, deveria começar por a “Câmara Municipal... tem por objetivo... por em prática os princípios da igualdade.”

^{E NÃO}
~~queiramos~~ em obediência?.

Numa análise muito geral, em relação ao programa Dá, verificamos que a filosofia de princípios é em tudo semelhante, ou seja, a atribuição dos subsídios através de senhas que, quer queiramos quer não, colocam o beneficiário numa situação de exposição e até humilhação social, traz em si a marca da caridadezinha e o rótulo de menoridade ou incapacidade.

Apesar de não competir á CMG suprir a crescente falta de apoio, por, por parte da segurança social, aos individuos e as familias mais carenciadas, da qual citamos como exemplo os cortes injustificados na atribuição do RSI e o não assegurar de direitos constitucionais como o direito á saúde, á educação e á habitação,.

Consideramos demasiados baixos os valores atribuídos aos rendimentos per capita para se ter acesso ao programa social+.

25 JUN 2014

Consideramos igualmente que, embora minore as consequências dramáticas de situações de extrema carência económica, o apoio a atribuir é baixo.

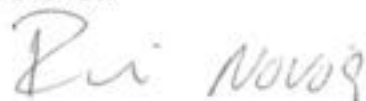


Por exemplo, no caso de um casal com dois filhos, o valor total a receber pela alimentação, em produtos definidos, é de 35.00 euros.

Por fim consideramos demasiado secas e rígidas as condições de exclusão após atribuição dos benefícios, sendo que tal não deveria acontecer sem uma análise aos motivos por parte de ou dos técnicos que estão na origem da triagem e que por isso, tem um conhecimento mais aprofundado de cada realidade.

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Rui Nóvoa



Gondomar 25 de Junho de 2014

25 JUN 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Two handwritten signatures in black ink, one above the other, located to the right of the assembly name.

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – O Partido Socialista vai reprovar esta proposta da CDU e vai manter só a aprovação do documento apresentado pela Câmara. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Este programa tem alguns objetivos, para além de ser um programa com um conceito diferente do anterior e mais abrangente, com mais eixos, que nunca são apoiados em simultâneo, alguns alternativos, tem três notas base: Primeira, um aumento de compromisso por parte das famílias, o atualmente em vigor, é humanamente impossível dar acompanhamento à família. Responsabiliza os agregados e faz depender aquela contratualização por parte do agregado ou não e por outro lado limita a sua dependência, não permite que seja um hábito eterno receber apoio, sem que tentem fazer algo em troca. Por outro lado, este programa fica indexado aos valores de apoio da Segurança Social, ou seja, isto é calculado pelo rendimento per capita, onde entram as receitas do agregado familiar, onde são deduzidos um conjunto de despesas e por exemplo para terem a noção, atualmente houve um acréscimo do número de beneficiários deste programa, porque como o RSI baixou, o rendimento das famílias também baixou, está no poder local financiar uma quebra do apoio do poder central. Este programa também vai excluir algumas famílias, nomeadamente aquelas que estão há mais tempo no programa e que ao longo dos anos nada fizeram ou nada conseguiram para sair do programa. Quanto à questão que o Senhor Deputado Valpaços levantou, primeiro as crianças já estão incluídas no agregado familiar, fora das famílias só as que estão nalguma instituição. Quanto à questão da renda nós admitimos recibos com data até três meses, não está nas despesas, mas fica a fazer parte, há uma margem de três meses. -----

----- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO: Rejeitada por maioria, com 23 votos contra (PS) e 8 abstenções (6 PSD e 2 CDS). -----

25 JUN 2014



Two handwritten signatures in black ink, one above the other, located to the right of the coat of arms.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

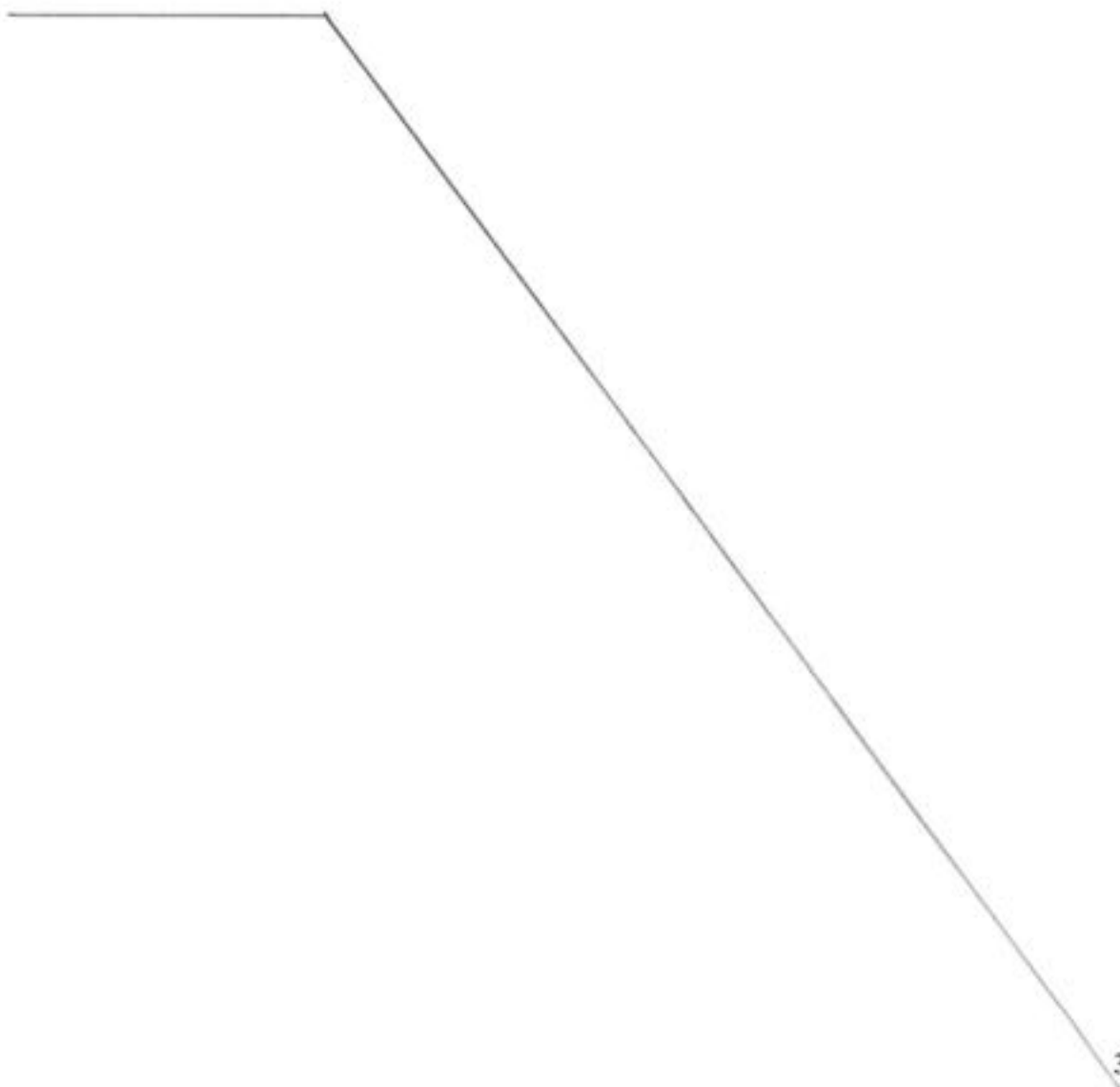
----- VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA: Aprovada por maioria, com 8 abstenções (6 PSD e 2 CDS).-----

----- h) “Regulamento da I Edição do Orçamento Participativo”;-----

----- ANA CATARINA PÃO TRIGO (PS) – Leu e apresentou **documento**, que adiante segue.

----- RUI NÓVOA (BE) – Tenho dificuldade em perceber o que é o espírito do orçamento participativo e a proposta que nos enviaram. Leu e apresentou **documento**, que adiante segue.---

----- ANTÓNIO VALPAÇOS (CDU) – Apresentou **declaração de voto**, que adiante segue. ---



25. JUN 2014

Boa noite,

★
Exmo. Sr. Pres. Câmara Municipal

Exmos. Srs. Vereadores

★ Exmo. Pres. Assembleia Municipal e Mesa

Caros Srs. Deputados e Presidentes de Junta

Boa noite a todos os presentes

Em nome da bancada do Partido Socialista gostaria de felicitar o Executivo da Câmara Municipal por nos brindar, mais uma vez, com uma iniciativa que nos demonstra o quão empenhado está em fazer democracia em Gondomar. O Orçamento Participativo reflete, acima de tudo, transparência no livre exercício da democracia. É um bom exemplo de como este executivo se esforça para que todos os cidadãos possam participar de forma ativa e informada ao nível da gestão e afetação dos recursos disponíveis, apelando à cidadania participativa. As Assembleias Participativas são por si só um bom exemplo do esforço que o atual executivo tem feito, desde o início do mandato, no sentido de se manter próximo da população, de estar com a população e de servir a população.

Poderão questionar-se quanto à verba disponibilizada. Pois muito bem. A verba disponibilizada é uma verba realista. É a verba possível, dadas as circunstâncias em que nos encontramos, das quais todos sois conhecedores. As contas estão publicadas! O atual executivo tem feito um esforço meritório por envolver a população de Gondomar nos processos de decisão. Ontem não havia nada, hoje há! Uma experiência nunca antes vista em Gondomar!

Podemos tomar como exemplo algumas cidades portuguesas que disponibilizam verbas maiores, podemos sim. Mas também podemos tomar como exemplo, cidades como Guimarães que começou com uma verba de cerca de 100 mil Euros e agora já disponibiliza cerca de 500 mil Euros para este efeito. Este Orçamento Participativo constitui-se como uma primeira experiência, um pequeno passo e, como tal, deve ser um passo realista, concretizável, um espaço de divulgação e participação, algo simples e exequível no espaço existente até ao próximo orçamento. Queremos ser sérios com as pessoas! Queremos que as pessoas possam ver a obra realizada, concretizada. Não queremos limitar a iniciativa a uma ideia.

Outra questão a salientar é o facto deste orçamento ser vinculativo. Quase todos são consultivos, o nosso é vinculativo. Poderia ser o executivo da Câmara a escolher o projeto como bem entende-se, mas não! Mais uma vez, com dignidade e transparência, a obra privilegiada deverá reunir as condições necessárias e será executada em função da votação da população.

25. JUN 2014

Outra das questões levantadas pelos Srs. Deputados da CDU prende-se com a limitação temática. A bancada socialista julga que a resposta é muito simples, uma maior diversidade de temáticas implicaria, como é óbvio, um maior esforço financeiro e, tal como já foi referido, esta primeira experiência pretende que seja consistente e concretizável. Analisando, muito sucintamente, por exemplo a hipótese de o Orçamento Participativo poder contemplar a vertente da Intervenção Social, rapidamente se pode verificar que seria inviável, num primeiro momento, porque ao implicar a contratação técnica, implica maiores custos. O mesmo se aplica à questão do Orçamento beneficiar, nesta fase, de uma verba específica para os jovens.

Continuando com as questões reportadas pelos Srs. Deputados da CDU, relativamente à proposta de uma pequena freguesia rural poder concorrer lealmente face a uma proposta mais votada. Srs. Deputados, esta é uma falsa questão. As propostas deverão ser votadas tendo em conta a sua pertinência. Os impactos são subjetivos... quem mede esta mudança? Qual é o impacto entre a drenagem de uma rua e a construção de um parque infantil? Ou a plantação de árvores? Cada caso é um caso e deve ser analisado à luz da sua idiossincrasia. Contudo, é compromisso deste executivo, sabemos todos, de que esta se trata de uma primeira experiência e, a longo prazo, poderá ser tido em conta, inclusive, um processo de valorização inter-freguesias.

Uma última questão: Os Srs. Deputados da CDU consideram que as salas a utilizar para as Assembleias Participativas serão espaços reduzidos, que poderão limitar a participação dos cidadãos. Pois muito bem, nem estão definidos no documento apresentado pelo executivo os espaços, nem está definido o número de assembleias a realizar em cada freguesia. Com certeza que este executivo tudo fará para melhor servir a população. Quanto ao uso da internet, a solução encontrar-se-á na mesma linha: Juntas de Freguesia e a própria Câmara estarão, sem dúvida, empenhadas em ajudar e informar todos os cidadãos que assim necessitarem e entenderem necessário. Saliente-se que este processo contempla as duas vertentes: o contacto face a face com a população e a vertente informática!

Termino, ressaltando que este projeto envolveu uma fase de investigação, de auscultação de outras realidades existentes em Portugal. É um projeto que, acima de tudo, não é para ficar dentro da gaveta e por isso, neste momento, poderá não ser o mais ambicioso de todos os projetos, mas é sem dúvida um projeto corajoso, credível e democrático.

Ana Rita Teige

25. JUN 2014



Assembleia Municipal de Gondomar

Exm. sr. Presidente e restante Mesa.
Exm. Sr. Presidente e restante Vereação
Srs e Sras. Deputados
Exm. Público presente.

PONTO 2h)

Desde que temos participação nesta Assembleia, sempre defendemos, desde o 1º momento, a realização de orçamentos participativos.

Num entanto consideramos que o regulamento proposto é altamente redutor do próprio conceito de orçamento participativo, desde logo no que respeita ao âmbito temático definido e á verba disponibilizada que, ao serem assim definidos, excluem a participação dos munícipes da decisão do que é essencial, ou seja, quais as áreas prioritárias de intervenção e qual o peso relativo das verbas a afetar orçamentalmente para a sua efectivação

Por outro lado o regulamento contém, um peso burocrático excessivo e limitações físicas evidentes á realização de assembleias participativas, uma vez que a maioria das sedes das juntas de freguesia não reúnem condições para receber um número adequado de participantes.

Gostariamos de ver aplicadas as questões de género como directiva da união europeia.

A proposta representa, assim um passo demasiado pequeno para quem se propõe a alterar a lógica de gestão dos recursos do Município, se é que realmente a intenção é essa.

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Rui Nóvoa


Gondomar, 25 de Junho de 2014

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos anos 80, o Partido dos Trabalhadores do Brasil, surgiu com o conceito de orçamento participativo como método de participação das populações nos orçamentos autárquicos. Este conceito tem vindo a ser interpretado e aplicado, em diversos locais, de tal forma que, em várias situações, já nada tem a ver com a ideia original. Pois temos de ter em conta que o conceito original implementou-se segundo situações concretas, com uma organização administrativa concreta, numa situação política concreta.

As versões neoliberais, da ideia original apresentam-se como processos distorcidos, altamente burocratizadas e distantes das populações. Focam-se no recurso sistemático a plataformas eletrónicas com o pretexto que este vem "aumentar a democratização do processo e aproximar o poder dos cidadãos", mas se analisarmos coerentemente a realidade, este é um processo de elites que deixa de fora todos os cidadãos que, por variadas razões, normalmente razões de classe, não têm acesso a tais meios.

Os gondomarenses já realizaram várias obras no nosso concelho, desde escolas a calçadas, foram feitas por vontade das populações, muitas vezes com muitas horas de trabalho voluntário, em colaboração, ou cogestão, com os órgãos de poder municipais, de forma a responder às necessidades sem o recurso a conceitos alheios ou a processos burocráticos muitas vezes inalcançáveis.

A proposta que nos é apresentada não constitui a melhor maneira de incentivar a população a participar na gestão de parte do orçamento municipal, pois limita o âmbito temático das propostas que possam vir a ser apresentadas.

Por sua vez, mesmo atendendo à necessidade de controlo de legalidade e viabilidade das propostas, a burocratização e a utilização de meios informáticos acabarão por prejudicar a participação direta das populações, pelo simples facto de que, embora se preveja e tenha em conta a opinião pública, em que é que a votação das propostas via eletrónica irá ajudar no aumento da participação, proximidade, transparência ou democracia?

Por tudo isto a CDU não se revê em tal proposta. Ainda assim, porque se trata da primeira experiência, e confiantes de que o projeto venha a ser melhorado em futuras edições, optamos por nos abster.

Gondomar, 25 de ^{Junho} ~~Maio~~ de 2014,

Os eleitos da CDU

[Handwritten signatures]
M. Silva
Ivo Lopes
E. Pereira
M. Silva
L. Silva

25 JUN 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhor Deputado Rui Nóvoa, nós tentamos não exagerar no tamanho do regulamento para ele não ser também de difícil interpretação por parte dos cidadãos, há muitos no país, este por acaso é parecido com o de Lisboa e dizer também que estamos limitados temporalmente, até porque os Senhores Deputados sabem pela nova lei da finanças locais, vamos ter de, até final de setembro, concluir a proposta de orçamento para o próximo ano civil e é objetivo para o próximo ano que isto também seja feito com maior celeridade, a verba não é a ideal, é a possível na conjuntura, agora o que nós esperamos é que de facto as salas das juntas não cheguem para termos uma assembleia ainda maior, o que disse na reunião de Câmara onde foi aprovado que esperava que não acontecesse haver mais gente do lado de quem apresenta o projeto do que cidadãos a participar e intervir, caberá a todos nós promover o debate e a participação. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 9 abstenções (6 CDU, 2 CDS e 1 BE). -----

----- i) **“Constituição dos júris dos procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes”;** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 6 abstenções (CDU). -----

----- j) **“Empresa Municipal “Gondomar Coração de Ouro”, EM – Proposta de extinção”;** -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Como sabem em dois mil e doze pela lei 52/2012 o governo produziu nova legislação sobre esta matéria e a verdade é que as Câmaras deveriam ter aplicado a lei para entrar em vigor no prazo de meio ano, o que quer dizer que até agosto de dois mil e treze a empresa deveria ter sido extinta por não cumprir os critérios legais e não cumpre porque o cliente Câmara dá cerca de oitenta por cento da faturação, a Câmara paga

25 JUN 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

as iniciativas que lá faz. Este executivo, tinha a obrigação obviamente de estudar o assunto com a empresa e ver a legislação, é verdade que demorou algum tempo a concluirmos isto, porque o queria fazer de uma forma correta e que não implicasse encargos para a autarquia. O que está aqui proposto é a extinção da empresa cumprindo aquilo que a lei determina, a Câmara assume o ativo e o passivo da empresa e passará a Câmara Municipal a assumir a gestão, deslocando para lá funcionários para o serviço, porque a empresa só gere o Multiusos. Atualmente já é a Câmara pagar os seguros, a água, a luz e o gás, o único custo relevante tem a ver com as comunicações e é isso que a Câmara assumirá e também os encargos com a viatura que a empresa tem no seu ativo, que obviamente reverterá para a Câmara. Uma nota que acho importante para Gondomar e para a gestão do município que possa existir uma empresa municipal ligada à economia, ao desenvolvimento económico, ao emprego e ao turismo, mas só poderá ser sujeita quando esta estiver totalmente liquidada e encerrada. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- k) "2ª Revisão Orçamental para 2014". -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Esta revisão contempla duas versões, uma que é a inclusão de mais uma rubrica para o pagamento da indemnização relacionada com a construção do centro escolar e o centro de saúde de Baguim do Monte, que é mais um processo que a Câmara foi condenada a pagar e uma outra alteração que resultou de uma oportunidade surgida no final da semana passada, tivemos conhecimento que que irão abrir candidaturas para aproveitamento de fundos comunitários do QREN para infraestruturas desportivas e colocação de relvado sintético e sabendo que até dois mil e vinte não haverá

25 JUN 2014



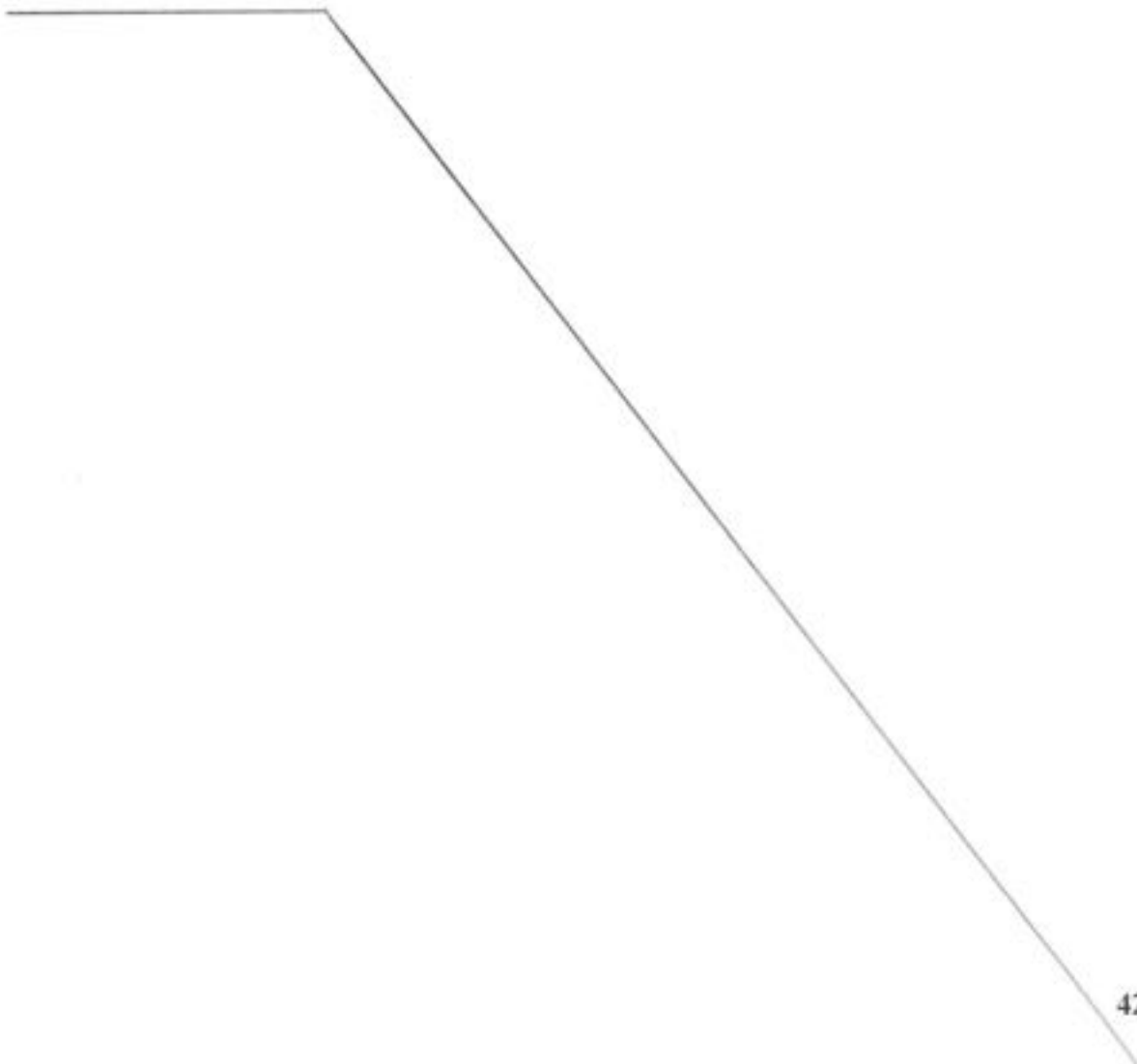
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'M. Santos', written over a horizontal line.

financiamentos para este tipo de estruturas, abrimos aqui a rúbrica para que, se for possível, Gondomar não perca a oportunidade, o que fazemos aqui é apenas a abertura de rubrica. -----

-----ANTÓNIO VALPAÇOS (CDU) – Nós compreendemos as razões da Câmara Municipal, esperamos que consiga concorrer a esses projetos, mas é complicado. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Em nome do Partido Socialista, em nome do Bloco de Esquerda e do Grupo Parlamentar do PSD e do Grupo Parlamentar do CDS, e solicitei também ao Líder do Grupo Parlamentar da CDU que disse que ia aprovar mas não subscrevia a proposta de recomendação. Leu e entregou a proposta de recomendação, que adiante segue. ----



25 JUN 2014

PARTIDO SOCIALISTA

Handwritten notes in a circle:
Ponto n.º 3
alinea K
salvo

Handwritten notes:
Aprova
por unanimidade
em sessão de 25/6/14

Proposta de Recomendação

Referente à 2ª Revisão orçamental aprovada em 25/06/2014, relativamente à colocação no futuro, em diversos complexos desportivos de um relvado sintético, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente, mas propõe uma recomendação à Exma. Câmara, para estudar todas as possibilidades legais, para incluir o complexo desportivo de S. Pedro da Cova.

25 de junho de 2014

BLOCO DE ESQUERDA
Rui Costa

Handwritten signature

Handwritten signature

P'lo Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Grupo Parlamentar PSD

GRUPO PARLAMENTAR C.D.S

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Luis Costa

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

25. JUN 2014



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

-----ANTÓNIO VALPAÇOS (CDU) – É só para esclarecer, que o Senhor dirigiu-se a mim relativamente à proposta e a CDU questionada disse que iria votar favoravelmente a proposta e que não via necessidade nenhuma de a subscrever juntamente com o Partido Socialista. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Nós soubemos disto na sexta feira já ao final do dia, trabalhamos no fim de semana para podermos aproveitar, é uma oportunidade. Quanto ao S. Pedro da Cova, já foi construído com fundos comunitários do URBAN, temos de arranjar outra solução. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Dirigi-me do mesmo modo a todos os Grupos Parlamentares. Em lugar de ser o Partido Socialista a apresentar esta recomendação, a CDU também o podia fazer, mas não queremos ser mais papistas do que o Papa. -----

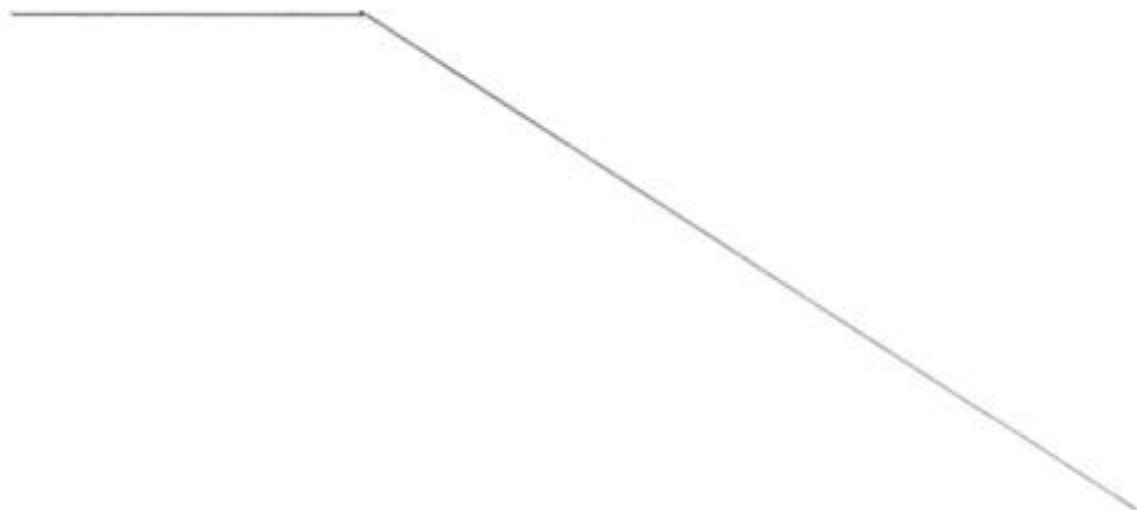
----- VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA: Aprovada por maioria, com 6 abstenções (PSD). -----

----- VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO: Aprovada por unanimidade. --

----- **4. “Apelo em Defesa da Escola Pública”.** -----

----- Pelo Grupo Municipal do PS, foi apresentada uma **moção**, que adiante segue. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 2 votos contra (CDS) e 6 abstenções (PSD). --



25 JUN 2014

13 JUN 14



Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal do PS

Aprovada por maioria, em
sessão de 27-06-2014

Moção pela subscrição do Apelo em defesa da Escola Pública

Uma das inúmeras conquistas da nossa Democracia foi a drástica diminuição do analfabetismo nacional, bem como o acesso da maioria da nossa população aos níveis de ensino médio e superior. Tudo isto só foi possível pelo investimento na Escola Pública, preconizado na Lei de Bases do Sistema Educativo, que consagra que *"compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população"*.

Na sequência das políticas de austeridade impostas por este Governo e, nomeadamente, dos cortes orçamentais dos últimos 2 anos ao Ministério da Educação, a Escola Pública tem perdido capacidade de resposta e eficácia face às respostas educativas e sociais necessárias.

Com o pretexto da Reforma do Estado, assiste-se à crescente anulação do ensino público, com a tentativa de mais uma privatização com a aplicação do cheque ensino, e com o encerramento aleatório de 311 escolas em 129 concelhos.

O Partido Socialista vê com muita preocupação a desvalorização da Escola Pública por parte deste Governo, a constante redução de recursos essenciais ao seu funcionamento, a intenção de concessionar escolas e de formalizar um número crescente de contratos de associação com o sector privado.

Assim, face ao envio do "Apelo em defesa da Escola Pública" à Assembleia Municipal de Gondomar, levado a cabo pelas entidades identificadas no documento anexo a esta moção, o grupo parlamentar do Partido Socialista recomenda que o mesmo seja colocado à apreciação e subscrito por este órgão.

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Joana Daniela Baldaia Resende

25. JUN 2014



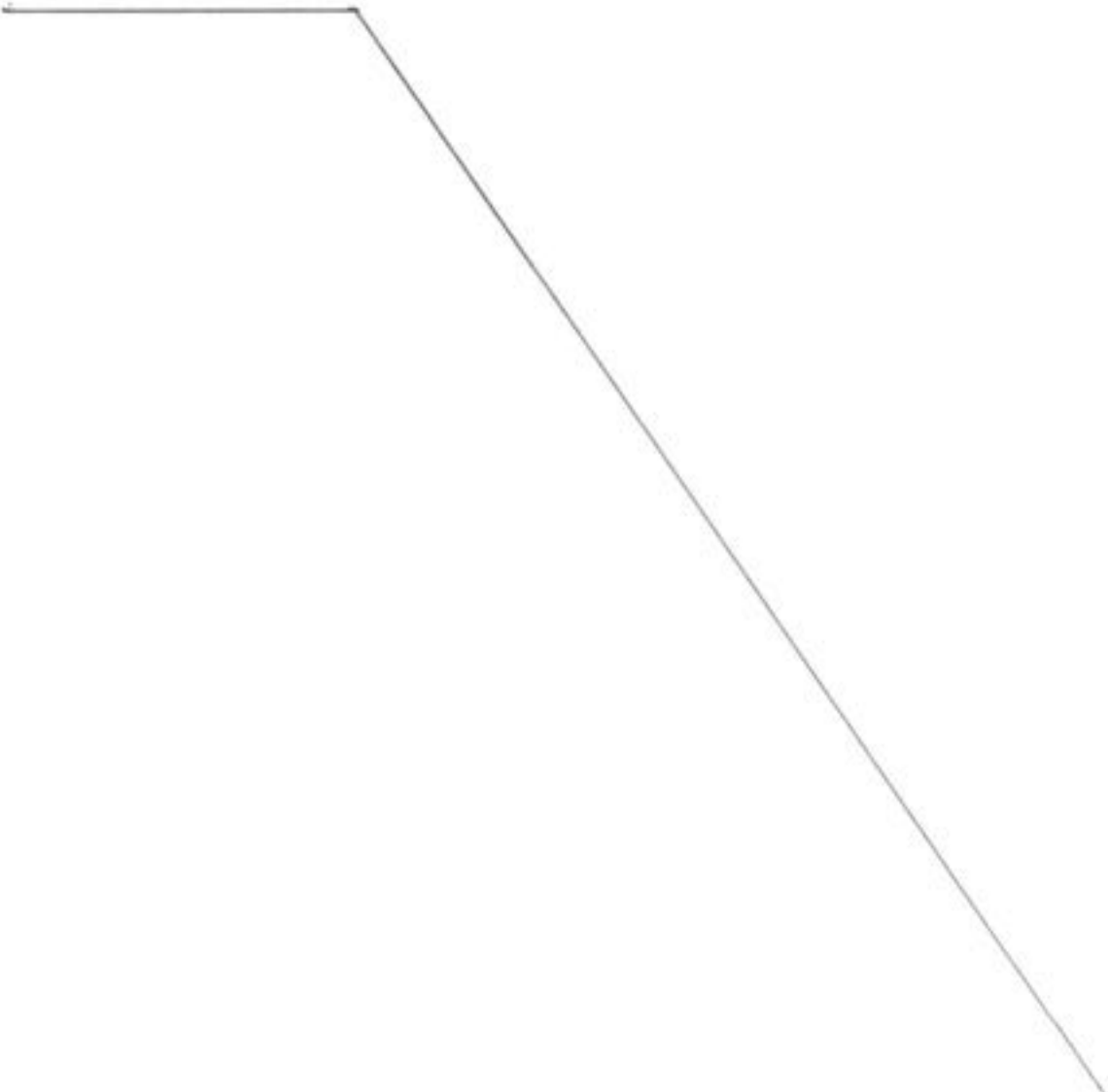
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Two handwritten signatures in black ink, one above the other, located to the right of the assembly name.

----- 5. Composição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar (CPCJ) – Exposições de funcionárias cujo nome foi indicado por força política – Para conhecimento. -----

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa foi dado conhecimento das exposições. Leu a exposição em nome de Verónica Bandeira, que solicita uma informação por parte da bancada do PSD, pelo que foi entregue cópia do documento ao Líder da respetiva bancada. -----

----- FELISBERTO ALMEIDA (PS) – Leu e entregou **documento**, que adiante segue. -----





25. JUN 2014

Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal do PS

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e digníssima Mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta,
Minhas Senhoras e meus Senhores.

Foi com estupefação e até alguma incredibilidade, que os elementos integrantes do Grupo Parlamentar do Partido Socialista tomaram conhecimento das cartas que foram endereçadas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal por quatro cidadãs (friso; por 4 cidadãs) dando conta (todas elas) de que o seu nome foi usado sem o seu consentimento, de forma abusiva, numa lista nominal apresentada por uma força política tendo em vista fazerem parte da composição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar (CPCJ de Gondomar).

Para quem estiver mais distraído, lembro que a lista nominal em causa foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2014 e era composta por 4 nomes, os nomes dessas 4 cidadãs.

Ou seja, todas as 4 pessoas indicadas nominalmente na lista do PSD para fazerem parte da composição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar, não foram previamente contactadas nem deram a sua anuência e escreveram essas cartas manifestando desse modo total indignação pela indicação do seu nome.

Será que os Jovens de Gondomar não merecem mais respeito por parte do PSD?

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista de Gondomar considera atitudes deste tipo lamentáveis, eticamente reprováveis e indutoras do afastamento entre os eleitos e os eleitores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista de Gondomar, em prol da transparência e da idoneidade, pretende desta forma deixar bem vincada a sua indignação para com atos deste cariz que essencialmente demonstram desnorte e falta de sentido de responsabilidade de quem os pratica, nomeadamente da bancada do PSD, mas que acabam também por manchar a Assembleia Municipal de Gondomar onde todos estamos livremente eleitos pelos Gondomarenses.

P'lo grupo Grupo Parlamentar do PS

Felisberto Almeida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- 6. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do n° 2 do art° 25°, em conjugação com o disposto no n° 4 do art° 35, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- C – Período de Depois da Ordem do Dia. -----

----- Usou da palavra o Senhor João Avelino, do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, que apelou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de ser feita a reposição das 35 horas semanais, para os funcionários da Autarquia. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, respondeu ao munícipe, informando sobre o ponto da situação. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da acta.

----- A sessão foi encerrada pelas 00,30 horas, do dia 26 de junho de 2014. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'M. A. Santos'.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'C. do Espírito Santo'.

A TÉCNICA SUPERIOR,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'P. do Espírito Santo'.